

# 1

## JOGO ABERTO

Quando o Ministério da Fazenda já estava vago, em abril de 1987, e seu nome freqüentava a lista dos candidatos ao cargo, Luiz Carlos Bresser Pereira, então secretário de Ciência e Tecnologia do governo de São Paulo, rompeu uma das regras que a praxe política recomendava para essas ocasiões. Um ministeriável, tal é a regra, deve manter o bico calado. Sobretudo, não pode anunciar planos concretos, pois os setores prejudicados, ou simplesmente não beneficiados por tais projetos, logo passam a fazer campanha contra.

A prática não é exatamente democrática. Em circunstâncias normais, deveria ser o contrário: para ser nomeado ministro, o sujeito deveria antes deixar bem explícitas suas idéias e propostas. As condições certamente não eram normais, mas Bresser Pereira sempre havia sido adepto do jogo franco, de falar claro e ir ao debate. Assim, não recusou entrevistas e não fugiu aos temas quentes.

Mostrou suas posições, mas exagerou, sem dúvida, especialmente para um ministeriável da área econômica. Disse que uma inflação de 15% — era, então, o nosso recorde — só podia ser abatida com choque e, que seria preciso desvalorizar o cruzado para incentivar as exportações. A desvalorização foi fácil — aplicou-a imediatamente, antes de esquentar a cadeira de ministro — Quanto ao choque — política aplicada de surpresa — precisou ficar desmentindo e inventando meios de despistar os agen-

tes econômicos. Assim, logo introduziu a regra de que os reajustes de preços poderiam ser aplicados automaticamente pelas empresas desde que não excedessem 80% do Índice de Preços ao Consumidor — IPC, o índice de inflação medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Acima de 80% desse índice, a empresa precisaria solicitar autorização do Conselho Interministerial de Preços — CIP.

Essa seria a política básica de controle da inflação, para o momento. Durante um mês e meio, Bresser Pereira procurou fazer seus interlocutores se esquecerem do choque. Abriu o leque nas entrevistas, introduziu temas polêmicos — como a necessidade de recuperar saldos comerciais e de controlar os gastos do governo, idéias que não pareciam bem na boca de um ministro que se apresentava como progressista e que fora apoiado por setores progressistas do PMDB. E seguiu nesse debate até 12 de junho de 1987, quando lançou o Plano de Emergência, o choque que sempre considerou necessário e que vinha preparando desde o primeiro dia.

### **Entrevista a Pedro Cafardo, de *O Estado de S. Paulo*, de 26.4.1987.**

P.: O Brasil precisa hoje de uma “solução heróica”?

R.: A única forma de acabar com uma inflação de 15% ao mês é através de um choque, e há várias formas de se fazer isso. Mas essa não é a prioridade, ainda temos de conviver algum tempo com essa inflação, equacionar nosso problema externo e nosso equilíbrio interno. Precisamos ver qual é a taxa de crescimento razoável para este ano, o superávit comercial e a redução do déficit público. Depois de fazermos esse plano de estabilização é que devemos pensar em acabar com a inflação inercial<sup>1</sup>. Nesse

1. *Inflação inercial*: é um conceito recente, desenvolvido em grande parte por economistas brasileiros. Surgiu da análise da economia de países com inflação alta, por longos períodos de tempo, quando a sociedade cria mecanismos formais e informais para reajustar periodicamente preços, salários e todos os tipos de renda. Surge assim uma *indexação* generalizada, isto é, salários, preços, rendas ficam atrelados a determinados índices de preços. Ficam, pois, indexados, variando conforme os índices de referência. Nessas circunstâncias, mesmo que desapareçam as causas primárias da inflação — como os gastos do governo ou excesso de demanda — continua a haver inflação, porque preços, salários e ren-

intervalo, podemos então tomar medidas que facilitem a adoção de um novo choque.

P.: O que é esse plano de estabilização e quais são as medidas que o senhor propõe?

R.: Em 1986, a inflação forte ressurgiu porque tivemos ao mesmo tempo excesso de demanda e preços relativos<sup>2</sup> desequilibrados. Precisamos fazer um plano muito parecido como o que o FMI recomenda para consertar isso, com metas mensais e trimestrais. A grande diferença é que em vez de começar dizendo qual deve ser o superávit comercial externo, devemos dizer qual deve ser o crescimento da economia, que eu acho que deve ser de 3%. No ano passado, crescemos demais. Agora, precisamos desaquecer o crescimento para recuperar o superávit, em torno de US\$ 9 bilhões, para poder pagar mais ou menos 50% dos juros dos empréstimos de médio prazo dos bancos privados estrangeiros. Acho que os banqueiros consideram esse número razoável. Podemos fazer um acerto cambial, uma pequena maxidesvalorização<sup>3</sup>, mas temos que garantir esses dois objetivos: crescimento de 3% e superávit de US\$ 9 bilhões. Não se trata de ceder aos

---

das são reajustados por índices que mediram variações de preços no passado. A inflação vai por inércia, os preços aumentam hoje porque aumentaram ontem. A inércia mantém a inflação num determinado patamar.

2. *Preços relativos*: tem de haver uma determinada lógica entre os preços das diversas mercadorias. O preço de uma geladeira tem de guardar uma determinada relação com o preço de um vestido. Um carro novo tem de custar mais que um carro usado. Quando há excesso de demanda — uma procura excessiva por determinadas mercadorias — isso eleva os preços dos bens procurados e desorganiza suas relações com os demais produtos. Igualmente, quando o governo controla preços de maneira canhestra, acaba deixando alguns muito baixos, outros exageradamente altos. Os preços relativos estão, então, desequilibrados. Quando equilibrados, a taxa de lucros tende a ser igual em todos os setores, mantendo-se um fluxo regular na atividade econômica.

3. *Maxidesvalorização*: há inflação alta em cruzados, quer dizer, a cada dia a moeda nacional vale menos, compra menos coisas. Não há inflação em dólar — ou há inflação muito baixa —, de modo que a moeda americana mantém seu poder de compra. Assim, é preciso regularmente *desvalorizar* o cruzado em relação ao dólar, para manter estável a relação de poder de compra entre as moedas. Se as minidesvalorizações diárias não são adequadas, o cruzado pode ficar valorizado artificialmente, e isso atrapalha as exportações. Isso porque o exportador recebe cada vez menos cruzados pelos dólares que obtém vendendo seu produto lá fora. Quando a desvalorização cambial fica atrasada, as exportações caem e pode ser necessária uma *maxidesvalorização* para reequilibrar a relação entre as moedas.

credores, mas de apresentar um plano que seja razoável para nós e para eles.

P.: O que explica o atual salto inflacionário?

R.: O salto inflacionário é a conjunção do excesso de demanda com a permanência de preços relativos desequilibrados. Alguns já estavam desequilibrados na época do Plano Cruzado e ficaram mais ainda depois. De dezembro para cá, o que houve foi essa recomposição de preços relativos.

P.: E os salários?

R.: No ano passado, eles foram responsáveis pelo excesso de demanda, mas não há santo que explique que eles fizeram a inflação passar de 2% para 15%. Recompuestos os preços relativos, eles se estabilizaram agora em torno de 15% ao mês: essa é a inflação inercial, o componente de inércia voltou a ser predominante, o que não quer dizer que seja o único. Isso só nos modelos dos economistas. Daí uma solução que pode ser semelhante à do Cruzado. Primeiro temos que estabilizar a inflação e reequilibrar o balanço de pagamentos, são os dois objetivos fundamentais. O correto é combinar na verdade três planos: aquele de crescimento a longo prazo, um de estabilização da inflação e outro de controle administrativo da inflação, que é a nova “solução heróica”. A condição fundamental para isso é um razoável equilíbrio de preços relativos, e tudo que puder ser feito nesse sentido é bom. A máxi pode fazer parte desse ajuste de preços relativos, que devem ser os mais freqüentes possíveis. Os reajustes precisam ser mensais com uma inflação de 15% ao mês, mas a correção tem que ser pela média, não pelo pico, inclusive para os salários. É a única alternativa que pode ser contraposta ao gatilho<sup>4</sup>, sem aumentar o salário real. A média dos últimos três meses é mais do que suficiente para isso.

P.: Como o senhor avalia a questão dos juros?

R.: Em época de inflação alta, os bancos ganham muito e o governo tem obrigação de impedir que tenham lucros excessivos. Agora, a taxa de juros depende da inflação e não o contrário, como muita gente acredita erroneamente. Isso ficou mais uma vez provado com a saída de Fernão Bracher: os juros continua-

4. *Gatilho salarial*: o sistema foi introduzido pelo Plano Cruzado de 28 de fevereiro de 1986. Era uma escala móvel de salários — toda vez que a inflação atingia 20%, os salários eram automaticamente reajustados, nesse nível. Os 20% eram o gatilho que disparava o reajuste salarial. O sistema foi eliminado com o Plano Bresser.

ram na mesma. E a taxa de juros também depende da oferta e da procura de moeda. Não sou favorável a uma política monetária<sup>5</sup> rígida, mas a uma política fiscal rigorosa. O que deve ser preservado é o nível de liquidez da economia. Claro que precisamos cortar esse déficit público, mas a taxa de juros doméstica não pode ser muito baixa, senão você tem fuga de capitais. Uma política fiscal rígida significa, a curto prazo, cortar despesas. Depois, uma reforma tributária que melhore a distribuição dos recursos entre estados e municípios e entre as diferentes faixas de renda. Isso é da maior importância atualmente, doa a quem doer.

**Entrevista publicada pela *Folha de S. Paulo*, de 30.4.1987 (entrevista coletiva).**

P.: Como fica a questão da manutenção da moratória externa?

R.: Nós vamos mantê-la até que possamos apresentar um plano de ajustamento da economia brasileira que não seja recessivo, mas que seja coerente. Com base nesse plano, vamos renegociar com os banqueiros. Essa negociação vai ser dura. Não temos nenhum interesse no confronto. Nem eles. Creio que, afinal, chegaremos a um acordo. Ao mesmo tempo, vamos procurar, através do plano de ajustamento, buscar recuperar o saldo comercial brasileiro. Nosso superávit, que era de mais de 1 bilhão de dólares por mês, baixou para menos de 200 milhões. Essa situação é a mais grave no momento e a que tem prioridade neste Ministério.

P.: E a dívida interna<sup>6</sup>?

R.: A dívida interna está sob controle mas, de qualquer forma,

5. *Política monetária*: a ação do governo federal, basicamente através do Banco Central, para controlar a moeda em circulação no país e as taxas de juros. O *nível de liquidez* se refere à quantidade de moeda e de papéis (títulos do governo, Certificado de Depósito Bancário — CDB etc.) em circulação, à disposição do público. Diz-se que a economia está muito líquida quando os agentes econômicos (as pessoas físicas, as empresas) têm muito dinheiro em caixa e em aplicações de curto prazo, disponível, portanto.

6. *Dívida interna*: o governo arrecada impostos e gasta com o custeio de sua máquina administrativa e para investir. Quando gastos e investimentos são maiores do que a receita dos impostos, o governo ou emite moeda para cobrir a diferença ou toma emprestado do setor privado. Quer dizer, emite papéis, títulos — Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), Letra do Banco Central (LBC) — que vende

vai crescer agora. Isso por causa da inflação. Espero controlá-la em termos reais. Em termos nominais, enquanto a inflação estiver nesses níveis, ela vai crescer inercialmente.

P.: O gatilho salarial será mantido?

R.: O gatilho salarial será mantido. É uma boa medida para defender o salário dos trabalhadores, desde que a inflação não se acelere. O gatilho está defendendo os trabalhadores, não só por uma questão de justiça, mas também por uma questão de funcionamento da economia. A minha prioridade fundamental é manter o crescimento da economia do país e uma melhor distribuição de renda. Isso será conseguido pelo aumento dos salários reais dos trabalhadores, à medida que aumenta a produtividade, e através de uma reforma tributária que espero que a Constituinte realize e que permita, realmente, onerar os ganhos de capital e permita que este país possa ter uma carga tributária maior e melhor distribuída.

P.: Espera-se que o senhor faça uma administração austera, com atenção nos gastos públicos.

R.: Nós só podemos estabilizar esta economia, só poderemos voltar a ter superávits elevados, se controlarmos os gastos públicos. No controle de gastos públicos há coisas fundamentais e têm apenas o custo de demissão de funcionários ineficientes ou desnecessários. Mas existe um outro custo muito maior, que é cortar investimentos, reduzir a taxa de crescimento da economia. Nós precisamos evitar isso. Neste ano, temos que reduzir a taxa de crescimento da economia brasileira. Vamos fazer isso, inclusive, reduzindo os gastos fiscais. Temos que fazer com que a economia brasileira cresça este ano entre 3 e 3,5%. Essa é uma boa taxa para este ano. No ano passado, a indústria cresceu 12%. Este excesso deixou todo mundo muito feliz. Mas, agora, todo mundo está infeliz. Exatamente porque crescemos demais. A economia é uma coisa muito séria. Dizem até que é a ciência da escassez. Quando a gente quer tudo, acaba ficando sem nada.

P.: Existe algum novo plano de congelamento de preços para se derrubar a inflação?

R.: Isso poderá ser pensado mais tarde. Nossa prioridade, no momento, é, de um lado, obter a estabilização da inflação neste patamar, muito elevado, mas... Do outro, é o de manter o mais

---

ao setor privado, pagando juros. Os detentores desses títulos são, portanto, credores do governo. Inversamente, o governo tem aí uma dívida, a dívida interna.

indexada a economia, de forma a garantir que os salários sejam preservados, que o sistema financeiro seja preservado, que a poupança seja preservada. Essa indexação também é importante para estabilizar a inflação. Depois disso, temos que providenciar o ajustamento de preços relativos. É preciso que os preços cresçam equilibradamente. Esse ajustamento já está acontecendo naturalmente.

P.: O senhor pretende baixar os juros?

R.: Veja, vou ter uma política de juros os mais baixos possíveis. Mais baixos em termos reais. O juro tem que ser sempre maior do que a taxa de inflação do mês. Se for menor, é negativo. Se isso acontecer, as pessoas que poupam param de poupar. Ninguém vai mais colocar dinheiro na poupança ou em CDBs. Se tivermos juros negativos, o que vai acontecer é que teremos aumento de estoques nas empresas, aumento do preço de imóveis. Pior do que tudo, muita gente estará comprando dólar no mercado negro e haverá fuga de capitais. Tudo isso, com grande prejuízo para o Brasil. Assim, temos que manter positivo o juro real, mas nos níveis os mais baixos possíveis.

P.: O senhor acha possível se resolver, primeiro, os problemas internos econômicos do país sem se discutir a questão da dívida?

R.: Olha, tem gente que acha que se nós resolvêssemos o problema da dívida externa estaria tudo resolvido. Por exemplo, fazendo uma moratória. A moratória está aí e nem tudo está resolvido. Estamos sujeitos a pequenas retaliações do setor internacional; dos bancos privados. Além disso, precisamos, de qualquer forma, de um superávit comercial suficiente para pagar as remessas de lucros e dividendos de assistência técnica e os juros dos bancos oficiais. Então, precisamos de um superávit comercial importante. Ora, para conseguir isso, um superávit de 6 bilhões de dólares neste ano, nós vamos precisar de ordem interna, pois esta e a negociação da dívida externa estão muito relacionadas. Por que os credores dizem tanto que querem um plano de ajustamento? Eles querem que haja uma administração austera internamente que garanta esse superávit comercial. Então precisamos mostrar como conseguiremos isso, com metas a muito curto prazo. São metas que os banqueiros entendem, como as necessidades de financiamento do setor público. Vamos diminuir o déficit do setor público em termos nominais e reais. Vamos ver a base monetária, todas aquelas variáveis que são importantes para eles. São metas que devem ser compatíveis com o crescimento de 3 a 3,5% ao ano.

P.: E a recessão, que, segundo muitos, já chegou?

R.: É muito debate a respeito do assunto. Existem alguns sintomas recessivos, especialmente no setor de vendas ao consumidor, mas na área industrial ainda não estão ocorrendo. Pode-se argumentar que o desaquecimento do consumo ainda não atingiu a indústria, porque as lojas ainda estariam recompondo seus estoques. Mas já faz tempo que isso está acontecendo. Então, há uma certa incerteza entre os analistas econômicos sobre se temos ou não uma tendência à recessão. Que a economia não está aquecida como no ano passado, isso é evidente. A safra agrícola ajudou muito para que a economia se mantivesse forte. A elevação real da taxa de juros desincentiva os consumidores que fazem compras a prazo. Existe um desestímulo aos investimentos por causa de uma fase de instabilidade pela qual a economia passou quando a inflação foi de 2% para 15%. É preciso também ver o seguinte: todos nós ficamos extremamente nervosos, é normal que isso aconteça, quando a economia passa de 2 para 15% de inflação. Mas, depois, a economia se estabiliza. E as pessoas se acostumam. Acho que 15% é muita coisa, mas vamos ter que conviver com essa taxa durante o ano.

P.: Haverá a indexação total?

R.: Vou ver o que ainda não está indexado na economia, que deve ser indexado e vou indexar.

P.: O senhor vai promover uma maxidesvalorização do cruzado?

R.: Eu falei na possibilidade de uma pequena maxidesvalorização. Nas minidesvalorizações você faz a taxa de câmbio acompanhar a inflação. Se você elevar um pouco o deslocamento disso, por exemplo, 5% isso é uma pequena maxidesvalorização. A grande máxi é 30%.

P.: O senhor não teme, com isso, que os exportadores segurem seus contratos, à espera de maiores lucros com essa minidesvalorização?

R.: Os exportadores sempre falam muita coisa. Sempre exageram. É normal que exagerem. Não tenho cálculos sobre esse assunto. Não tenho. O que eu disse aos jornais é que, no plano teórico, quando você tem um desequilíbrio da balança de pagamentos geralmente tem duas alternativas de ajustamento. Pode se conjugar. Pode promover um desaquecimento da economia. E até uma recessão. A outra política é fazer uma desvalorização cambial real, uma maxidesvalorização. Podem-se fazer as duas. Se o desequilíbrio é sério, uma pequena máxi é menos dolorosa para a economia do que uma recessão. Como não quero uma re-



cessão, poderei, eventualmente, fazer uma minidesvalorização. Estou convencido por todas as informações que tenho de que o desajuste cambial no Brasil é pequeno. Seria então uma pequena máxi, que vocês chamam de midi ou mini.

P.: O senhor pode prever como será a inflação este ano?

R.: Não, por enquanto eu estou avaliando a inflação em taxas mensais.

P.: O senhor pretende promover um novo choque heterodoxo?

R.: No momento não há nenhuma intenção de se fazer um choque heterodoxo. Por enquanto, estamos reajustando a economia e temos que equilibrar os preços no patamar que está aí. Vamos ficar por aí.

### **Entrevista a Marcelo Auler, do *Jornal do Brasil*, de 1.5.1987.**

P.: O PMDB lhe fez uma série de recomendações sobre os parâmetros da política econômica. Comparando suas publicações e o que o PMDB diz, há óbvias diferenças.

R.: Não há óbvias diferenças porque o que o PMDB tem dito é que deve haver desenvolvimento econômico. Estou de pleno acordo, tudo o que escrevi na minha vida, tudo o que falei, tudo o que lutei foi para que nós tenhamos uma taxa de desenvolvimento econômico, que é fundamental para o Brasil. Segundo, eles não querem recessão, eu também sou contra a recessão, embora entenda que de vez em quando é preciso ajustar a economia e é por isso que estou falando em crescimento de 3,5% este ano. O crescimento deste ano, portanto, será um ajustamento. E eles entenderam perfeitamente bem isto. Ele são a favor de uma negociação firme da dívida externa e eu também sou a favor. O PMDB jamais declarou que queria repudiar a dívida.

P.: O PMDB sempre se pronuncia a favor de tudo o que é bom, mas precisa admitir ajustes na economia. O senhor que vai cumprir este papel ingrato, de ser mau, de chamar o partido à razão?

R.: Veja, o PMDB é fundamentalmente um partido de políticos, não de economistas. Então, eles expressam muito freqüentemente a demanda da sociedade. Estas demandas são, fundamentalmente, desenvolvimento econômico, não à recessão, controle de preço, não à inflação, negociação soberana da dívida externa. Tudo isto são objetivos plenamente aceitáveis. O problema é co-

mo alcançá-los. Em economia, de vez em quando, você tem que procurar por racionalidade no sistema econômico porque o mercado sozinho não consegue fazê-lo, você precisa apertar o cinto, precisa cortar gastos, portanto, reduzir a taxa de crescimento, porque senão a inflação dispara.

P.: Sobre quem cairia a maior dose de sacrifício, considerando-se o fato de que há um presidente muito preocupado com o seu grau de popularidade e um partido muito preocupado em não perder contato com os eleitores?

R.: Neste processo de ajustamento que começou meio naturalmente no balanço de pagamentos via aumento de inflação, os trabalhadores já perderam um pouco. Eles perderam um pouco porque houve uma queda no salário médio real<sup>7</sup> devido à mudança da inflação de um patamar de 12% para 15%. Então, eles agora não podem perder mais nada. Não há razão para perder mais. Isso é uma boa notícia, a de que eles não vão perder mais e vão passar a ganhar em produtividade. O gatilho está garantindo o seu salário real...

P.: Mas com atraso...

R.: O atraso faz parte da garantia do salário médio real. Este pequeno atraso é que fez com que eles perdessem um pouquinho. Mas depois desta perda eles não perdem mais. No sistema antigo, semestral, quando se recebia a inflação passada, os 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC, se a inflação acelerasse, o salário médio real diminuía. Agora, se a inflação acelerar, o reajuste passa a ser mensal. Então eles estão garantidos e nós vamos manter esta garantia para os trabalhadores. Entre os empresários é importante distinguir dois tipos de empresários. Há os produtivos, que têm empresas e reinvestem seus lucros, e os empresários rentistas, que vivem de juros, de aluguel. Estes é que realmente precisam ser mais taxados, precisam ser mais sacrificados. Se não fizermos isto, realmente não será possível corrigir esta economia.

P.: O senhor fala na necessidade de contenção das despesas. Há uma grita geral em relação ao déficit público, muitas vezes con-

7. *Salário médio real*: no momento em que é reajustado, o salário está no seu pico, no seu valor real mais alto. Depois, à medida que o salário permanece fixo e os preços vão subindo, naturalmente o salário compra cada vez menos coisas. Seu valor real vai caindo, até ser reajustado e voltar ao pico. O salário real médio é assim a média entre o valor do pico e o do ponto mais baixo.

fundida e apontada como um discurso conservador. Como o senhor vê essa questão do déficit público?

R.: É muito perigoso discutir déficit público como sendo conservador ou progressista. Quando o déficit público existe em uma economia em plena recessão, com altas taxas de desemprego, o déficit público é, digamos, uma compensação pela falta de investimentos privados. Ele mantém minimamente a economia funcionando. Quando a economia chega numa fase de pleno emprego, o déficit público é um fator a mais de aquecimento da economia, portanto de desequilíbrio da economia, e aí precisa ser cortado fortemente. É isso que temos que verificar.

P.: E por onde se deve cortar, pelos subsídios?

R.: O ideal para cortar são as despesas de custeio. A primeira coisa que tem que ser feita é ao nível dos estados, que têm que cortar o excesso de funcionalismo que foi admitido recentemente. Imagino que todos os funcionários que foram admitidos em 86 deveriam ser demitidos, a não ser que tenham entrado por concurso. Mas os estados poderiam tomar medidas mais drásticas do que isto para equilibrar suas finanças. Isso para mim é prioritário. Mas nós temos que pensar também em encontrar meios para diminuir as despesas a nível federal.

P.: Com corte de pessoal? O senhor acha que a máquina é muito grande?

R.: É possível, mas primeiro quero conversar um pouco mais com as pessoas do governo federal que lidam com o problema e o conhecem melhor para saber se é possível fazer algum corte.

P.: Pode-se esperar uma reforma do setor financeiro?

R.: Existe uma história corrente de que é preciso fazer a reforma do sistema financeiro. Há alguns economistas que gostam dessa frase. Pergunto para eles: Como? Cadê o anteprojeto? Não existe, nunca vi. O que se falou, logo depois do Cruzado, quando ficou um clima eufórico e achou-se que podiam fazer todas as reformas porque todas eram milagrosas. Falou-se em fazer uma reforma do sistema financeiro para imitar o americano. Mas acho isto irrealista. O sistema americano é um sistema de bancos regionais; aqui no Brasil os bancos são nacionais. Vamos usar bisturi ou machado para transformar os bancos nacionais em regionais? Não faz sentido. A reforma bancária de 64 teve como objetivo criar grandes bancos que fossem fortes e, portanto fáceis de ser controlados pelo Estado. O importante em relação aos bancos é que eles são uma entidade semipública, porque bancos criam dinheiro. Logo, os bancos têm que ser profunda-

mente controlados pelo Estado. Os banqueiros costumam reclamar com freqüência do excesso de regulamentação do Banco Central-BC. Quando fui membro da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN como presidente do BANESPA, em duas ocasiões tive oportunidade de contar a seguinte história quando reclamavam das regulamentações excessivas: pode haver uma ou outra regulamentação excessiva, mas de um modo geral essas regulamentações do BC são importantes para vocês, porque, se não tivermos um sistema bancário muito bem regulamentado, teremos uma crise nele, e as crises no sistema bancário levam, como aconteceu no México, à estatização dos bancos. Logo, a maior garantia contra a estatização é um controle rigoroso dos bancos. E é por isso que temos que desenvolver controles ainda maiores sobre os bancos estaduais. Esse é um problema seriíssimo que temos, porque os bancos estaduais criam dinheiro, criam moeda, porque eles têm déficit, não têm dinheiro para pagar os funcionários, então fazem cheque sem fundo, e quem paga é o Banco Central. Com isso, você está criando dinheiro.

P.: O senhor é um homem que defende o mercado e como tal se coloca contra determinados tabelamentos. O tabelamento do *spread*<sup>8</sup> é uma solução? Ele resolveu o problema da taxa de juros alta?

R.: Não resolve totalmente, ele ajuda a controlar os juros bancários. Os bancos têm meios de escapar deste tipo de limitação, mas são meio limitados também. O controle do *spread* pode ser uma boa forma de limitar ganhos extraordinários dos bancos. Então, vou manter o tabelamento do *spread*.

P.: Seu antecessor, Dilson Funaro, era quase que um fenômeno de massas, era uma pessoa dominada por um espírito de missão e que veio como ministro da Fazenda prometendo tudo de bom e de melhor. O senhor, ao contrário, parece que tem dado ênfase a palavras como austeridade, ajuste, crescimento menor. O senhor não teme que recaia sobre a sua cabeça o papel do homem mau?

R.: O ministro da Fazenda, em princípio, não deve ser popular. Normalmente, o ministro da Fazenda deve ser uma pessoa que

8. *Spread*: do inglês, margem, diferença. O banco toma dinheiro emprestado de uns e empresta a outros. Paga juros e recebe juros. Paga uma determinada taxa e cobra outra, naturalmente maior. A diferença, a margem, é o *spread*, que teoricamente deve estar relacionada com a capacidade do devedor de saldar seus compromissos.

diz não porque há uma quantidade enorme de demandas sobre ele. Os trabalhadores querem maiores salários, e a demanda acaba sendo, sobre ele, porque para ter maiores salários você precisa autorizar as empresas a aumentarem seus preços via Conselho Interministerial de Preços — CIP. Os funcionários querem maiores salários, e caem em cima outra vez do ministro da Fazenda. Os empresários querem mais lucros, portanto, mais aumento de preços, ou querem mais encomendas, e, portanto, querem que as empresas estatais e grandes repartições gastem mais. Os governadores querem mais dinheiro para as obras e para seus funcionários, novamente caem em cima do Ministério da Fazenda, que tem que dizer não. Alguém que diz não sistematicamente — de vez em quando diz sim, é claro — não pode ser muito simpático. A popularidade, definitivamente, não é o meu objetivo neste Ministério. O que eu espero é fazer um bom trabalho e pôr um mínimo de ordem nesta economia.